

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA À DISTÂNCIA**

Rosane Rodrigues Beltrão

**O PAPEL DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS NA
ESCOLA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO**

Porto Alegre

2010

Rosane Rodrigues Beltrão

**O PAPEL DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS NA
ESCOLA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Licenciatura em Pedagogia à Distância, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título Licenciatura em Pedagogia à Distância.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Neusa Chaves Batista
Tutora: Simone Gonzalez Gomes

Porto Alegre
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Rui Vicente Oppermann

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Prof. Aldo Bolten Lucion

Diretora Faculdade de Educação: Prof. Johannes Doll

Coordenadoras do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura na modalidade a distância/PEAD: Profas. Rosane Aragón de Nevado e Marie Jane Soares Carvalho

RESUMO

Este é um trabalho de conclusão do curso de pedagogia da UFRGS, que tem como objetivo, descrever e analisar o caso de inclusão, abordando o tema sobre o papel do professor como mediador na inclusão de alunos portadores de necessidades especiais na escola pública.

Durante o estágio curricular do curso, realizei a prática de ensino com uma turma de 2º ano, com 30 alunos, na Escola Estadual de Educação Básica Monsenhor Leopoldo Hoff, localizada na cidade de Porto Alegre, RS, onde vivenciei uma situação com um aluno especial.

A escolha por desenvolver a minha proposta de trabalho com este aluno se deu pelo fato deste ter sérios comprometimentos neurológicos, o que me inquietou bastante.

O educando não tinha coordenação motora fina e ampla, organização e localização espacial, comprometimento com a fala.

Muitas vezes, “W” perdia o controle na sala de aula e gritava. Na maioria das vezes estes gritos não eram entendidos por mim ou pelos colegas por se tratarem de grunhidos totalmente indecifráveis.

Diante do exposto, apresento a questão que norteou meu estudo: Qual o papel do professor como mediador da inclusão de alunos especiais em escolas públicas?

A realidade das escolas públicas hoje é muito diferente do que está escrito na lei, alguns alunos com necessidades especiais são aceitos em sala de aula apenas com o intuito de cumprir a lei.

Durante o estágio, muitos foram os fatos que fizeram com que este aluno tivesse significativo progresso.

Busquei adquirir sua confiança onde a amorosidade foi uma constante.

Diferente dos demais precisaria de intervenções constantes devido as suas limitações.

Neste contexto, trago a minha sala de aula que tem a disposição dos alunos, vários jogos que foram fundamentais no desenvolvimento do aluno.

A experientiação foi parte fundamental de seu desenvolvimento psicomotor e cognitivo.

Por isso, considerando o nível de possibilidade e o que poderia desenvolver na área de conhecimento e construção do código lingüístico, decidi explorar as possibilidades por meio de diversas atividades onde poderia realmente realizar um trabalho de inclusão para o desenvolvimento sociocultural do aluno em questão.

Aos poucos negociamos que só poderia brincar com os brinquedos que gostava após realizar atividades que desenvolvessem sua motricidade fina e de aprendizagem na construção do código lingüístico.

Hoje o aluno escreve seu nome, reconhece o alfabeto, lê palavras simples, reconhece os numerais até 10, reconhece as cores e resolve as operações matemática simples com material concreto.

Embora o aluno não tenha se apropriado da construção do código linguístico escrito e ainda esteja em um processo de aprendizagem onde não consegue escrever frases, ler um pequeno texto ou produzi-los com coesão e coerência, desenvolveu competências e habilidades onde fala com a linguagem plástica e a oralidade da alma, abrindo assim, possibilidades de um avanço futuro.

Palavras- chaves: Inclusão Escolar, NE, Professores Formação, Legislação do Ensino.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. A INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS: IMPLICAÇÕES COM O ENSINO- APRENDIZAGEM	12
3. A INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS NA ESCOLA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO	15
3.1 O contexto da escola	15
3.2 Um caso de inclusão de aluno especial	20
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
5. REFERÊNCIAS	34

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar o tema sobre o papel do professor como mediador na inclusão de alunos portadores de necessidades especiais na escola pública.

A História nos revela o caminho da exclusão social e humana do homem portador de necessidades especiais desde a antiguidade.

Segundo Miranda (2003), "durante a maior parte da História da Humanidade, o deficiente foi vítima de segregação, pois a ênfase era na sua incapacidade, na anormalidade" (p.1)

Muitos foram os caminhos percorridos e conquistas ao longo dos anos.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹ (1948), no Artigo XXVI:

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada aos seus filhos.

Este primeiro documento globalizado, que foi fundamental para a criação das Nações Unidas, organizou as bases que viriam a ser fundamentais nos preceitos de respeito e dignidade do ser humano construindo um novo conceito de cidadania no mundo inteiro. Mesmo não havendo especificamente uma lei que amparasse diretamente o direito a educação especial, esta lei foi revolucionária e humanista porque amparava os educandos em geral tendo seu eixo principal baseado na liberdade e

¹ http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm

igualdade, como diz o primeiro artigo: "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos".

A lei mais específica em relação ao portador de necessidades especiais só seria promulgada em 1996 com a Lei nº 9.394 - de 20 de dezembro de 1996.²

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (Capítulo V, Artigo 58).

Acredito que o exercício da cidadania se constrói a partir de uma sociedade pluralista que sem perder o diferente mantém suas raízes, sabendo que o novo e as perspectivas futuras fazem parte do que é próprio de um país democrático, mesmo que esta democracia esteja vigorando simplesmente em termos de discurso ou de previsão na forma da lei.

Partindo do princípio que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito e acreditando no exercício da construção de cidadania, desenvolvo este trabalho de conclusão do curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura – Modalidade a Distância da UFGRS intitulado como “O papel do professor na inclusão de alunos especiais na escola pública: um estudo de caso”.

Durante o estágio curricular do curso, realizei a prática de ensino com uma turma de 2º ano, com 30 alunos, na Escola Estadual de Educação Básica Monsenhor Leopoldo Hoff, localizado na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Neste período vivenciei uma situação com um aluno especial.

A escolha por desenvolver a minha proposta de trabalho com este aluno se deu pelo fato deste ter sérios comprometimentos neurológicos, o que inquietou-me bastante. Também me instigou a buscar formas de auxiliá-lo para que pudesse se sentir incluso no grupo social do qual fazia parte. O desafio de integrar este aluno e auxiliá-lo em sua aprendizagem, me fez repensar e estudar sobre o tema “inclusão escolar”. O trabalho realizado desafiou também parte significativa do corpo docente da escola, onde o vínculo afetivo foi determinante na mudança da nossa postura perante o aluno, tendo este um importante progresso em sua aprendizagem.

O educando não tinha coordenação motora fina e ampla, organização e localização espacial, comprometimento com a fala, tendo disartria (Fala difícil, de articulação deficiente) e afasia (Deficiência de expressão ou compreensão da linguagem

² <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>

escrita ou falada)³. Havia alguns momentos nos quais o aluno não se fazia entender ou de tensão, no qual o aluno apresentava surtos gritando e debatendo-se descontroladamente.

Percebeu-se então que o educando tinha um comportamento que fugia ao esperado para sua faixa etária, onde a expressão do seu sentimento era exacerbada de tal forma que demonstrava haver necessidade de um olhar diferenciado e que alguma questão precisava ser revista.

Tal fato me faz refletir sobre o papel do professor na inclusão de alunos especiais na escola pública.

Durante o desenvolvimento do estágio, muitos foram os fatos que fizeram com que este aluno tivesse um significativo progresso, como o encaminhamento da escola para especialistas e o fato do aluno ter sido entregue aos cuidados dos avôs paternos após um espancamento do pai, tendo então mais atenção com o seu tratamento e mais carinho. Foi, também, proporcionado ao mesmo um trabalho diferenciado partindo de um novo olhar como educadora e da minha formação obtida durante o curso de graduação em Pedagogia do PEAD da UFRGS.

Levamos anos para descobrir quais conceitos são realmente comuns a todos os educandos e quais aqueles que são compatíveis com os preceitos de cada necessidade. É possível observar, que no caso do educando W, o respeito às diferenças e ao seu tempo de aprendizagem bem como o trabalho conjunto entre a escola e a família foram fundamentais para o seu progresso.

Diante do que foi observado, é inegável a afirmação de que as instituições são como agentes de produção, meios pedagógicos e didáticos que trazem contribuições inigualáveis para a construção social de cada sujeito e do grupo no qual está inserido.

Acredito que nos cabe a tarefa, como educadores atentos a diversidade, começarmos a introduzir conceitos próprios da inclusão na prática em sala de aula.

Segundo Freire (1996), "a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/ Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablablá e a prática, ativismo" (p. 22).

Sendo assim, proponho uma relação entre a prática e as teorias sobre educação para que tenhamos um olhar diferenciado sobre o nosso cotidiano escolar, onde a presença da teoria torne a prática um importante instrumento de aprendizagem

³ <http://adam.sertaoggi.com.br/encyclopedia/ency/article/003204.htm>

significativo para o educando, incluindo o aluno com necessidades especiais ao grupo do qual faz parte.

Diante do exposto, apresento a questão que norteou meu estudo: Qual o papel do professor como mediador da inclusão de alunos especiais em escolas públicas?

Segundo Freire (2000):

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que fizemos e o que fazemos. (p. 67)

Refletindo sobre esta citação, proponho que lancemos um olhar diferenciado para os alunos com necessidades especiais, sendo parte integrante do processo de aprendizagem destes educandos e sem esquecer que todos os alunos têm o direito a uma educação humanista, onde os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito. É imperativo que nos façamos presentes com a responsabilidade de sermos mediadores na inclusão destes educandos na escola pública.

Para realizar a análise da questão de pesquisa proposta utilizo o método do “estudo de caso”. Um estudo de caso é uma investigação empírica em que se analisa um fenômeno contemporâneo (a inclusão escolar de alunos especiais) dentro do seu contexto da vida real (a escola), especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2005).

Saliento ainda, com vistas a manter certa “vigilância epistemológica” sobre a observação, que parto do princípio de que há um envolvimento real entre o pesquisador e o sujeito de pesquisa. Pois, este trabalho baseia-se em observações participantes realizadas no período de estágio docente, e com uma turma de alunos e alunas com os quais já atuava como educadora mesmo antes do estágio. Contudo, busquei, no processo de análise, manter distanciamento metodológico do caso estudado.

No primeiro capítulo apresento e discuto a base teórico-contextual deste trabalho que se refere a minha prática docente realizada durante o meu estágio com alunos do segundo ano em 2010 na escola pública da qual sou docente. No segundo capítulo

descrevo e analiso o estudo de um caso de inclusão escolar do aluno especial “W” com comprometimentos neurológicos sérios, tendo crises de ausência e nervosas, sendo parte integrante de um grupo de 30 alunos. No último capítulo retomo a questão de pesquisa proposta e apresento algumas conclusões finais sobre o estudo de caso.

2. A INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS: IMPLICAÇÕES COM O ENSINO-APRENDIZAGEM

As escolas públicas que trabalham por uma qualidade melhor de ensino, devem ser espaços de construção de personalidades humanas autônomas críticas que envolvem o aluno para que desenvolvam o raciocínio e a construção real de aprendizagens, estes fatores são importantes para a formação do cidadão que vive em uma sociedade pluralista.

E priorizando este e vários outros motivos, é preciso que neste ambiente o professor promova a valorização do respeito às diferenças onde os educando devem conviver e respeitar os seus pares na condição da construção de cidadania.

O professor deve ter o seu papel visto como exemplo, pelo ensino que ministrará em sala de aula e das atividades de inclusão que serão desenvolvidas e pela relação sócioafetivas que desenvolverá com a comunidade o que tornará a exclusão um fato nulo.

Fazendo uma reflexão sobre a minha trajetória no curso de pedagogia da UFRGS, mais especificamente na interdisciplina de “Educação de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais”, recordo-me que quando esta nos foi apresentada, fiquei com receio pela insegurança de não estar preparada para receber alunos com tais especificidades devido a minha formação ainda tão deficiente neste sentido naquele momento.

Na verdade durante meu estágio descobri que o medo do desconhecido era o grande obstáculo que havia na minha prática docente.

Segundo Miranda (2003):

Desde a Antiguidade, com a eliminação física ou o abandono, passando pela prática caritativa da Idade Média, o que era uma forma de exclusão, ou na Idade Moderna, em que o Humanismo, ao exaltar o valor do homem, tinha uma visão patológica da pessoa que apresentava deficiência, o que trazia como conseqüência sua separação e menosprezo da sociedade, podemos constatar que a maneira pela qual as diversas formações sociais lidaram com a pessoa que apresentava deficiência reflete a estrutura econômica, social e política do momento (p.1).

É possível perceber que no momento atual em que vivemos ainda há resquícios de uma cultura de exclusão de pessoas portadoras de deficiências de qualquer natureza.

Muitas vezes a exclusão se dá pela falta de conhecimento e formação adequada dos profissionais da escola. É preciso que todos os profissionais envolvidos neste contexto estejam preparados para que se possam desenvolver trabalhos direcionados onde o educando tenha um trabalho específico para atender suas necessidades e que desenvolvam as diversas áreas do conhecimento cognitivo e psicomotor.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 - de 20 de dezembro de 1996⁴, entende que a modalidade de educação especial escolar deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. De acordo com o texto oficial, “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”. (Capítulo V, Artigo 58).

A realidade das escolas públicas hoje é muito diferente do que está escrito na lei, alguns alunos com necessidades especiais são aceitos em sala de aula apenas com o intuito de cumprir a lei.

Contudo, sem apoio pedagógico, sem a devida formação de educadores para atender as especificidades destes alunos e alunas e, finalmente, sem a estrutura física necessária para realmente acontecer a inclusão e auxiliar o educando em sua aprendizagem e sua progressão para as séries seguintes a inclusão não se tornará fato.

Percebe-se facilmente que esta lei, não faz parte da realidade existente nas escolas públicas. Vemos salas lotadas, sem apoio, onde a pessoa do professor deve criar meios de atender os alunos com necessidades especiais.

Segundo Silva (2008)

A inclusão não depende apenas da formação do professor, mas implementa-se mais facilmente, se os professores que, diariamente têm de organizar o ensino e a aprendizagem em função de todos os alunos para além de estarem sensibilizados à questão da diferença, independente de sua ideologia, sentirem-se confiantes quanto à (s) respostas que podem pôr em prática (p. 3).

4 <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>

Refletindo sobre esta citação, trago a questão principal do meu TCC onde vemos o quanto o papel do professor na inclusão de alunos especiais na escola pública é importante.

A consideração dos aspectos afetivos que envolvem o educando durante seu convívio escolar é um meio eficiente para conservar o interesse do estudante na sua aprendizagem e é ainda um desafio de ordem motivadora.

A escola deve ser um espaço de inclusão real, onde todos estejam abertos a novas propostas com o objetivo de tornar a mesma um espaço de construção real em que a pessoa do aluno com necessidades especiais ou não, possa ter uma formação construtiva respeitando as diferenças ao longo da sua vida adulta, fazendo parte de uma sociedade construída com base na humanização necessária na construção da sociedade.

Segundo Freire (1996)

O professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum desses passa pelos alunos sem deixar sua marca. Daí a importância do exemplo que o professor ofereça de sua lucidez e de seu engajamento na peleja em defesa de seus direitos, bem como na exigência das condições para o exercício de seus deveres” (p. 73).

Refletindo sobre a citação de Freire, observo mais uma vez, o quanto o papel do professor em relação à inclusão escolar na escola pública é fundamental para o desenvolvimento de alunos portadores de necessidades especiais ou não.

Todos os alunos estão abertos a aprendizagem e a proposta pedagógica que será desenvolvida conforme sua metodologia, planejamento e a avaliação que serão fundamentais na abstração de conhecimento que este aluno levará na sua formação pessoal na vida adulta.

Durante o meu estágio, o amor a minha profissão de educadora foi fundamental para o desenvolvimento do aluno “W”, fazendo com que minha inquietação e busca por auxiliá-lo pudesse se transformar no estudo de caso aqui apresentado por mim.

3. A INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS NA ESCOLA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO

O presente capítulo tem por objetivo descrever e analisar o caso de inclusão de um aluno especial em uma escola pública de Porto Alegre - RS onde foi realizado o estudo de caso em questão.

Este aluno faz parte de um grupo de 30 alunos do segundo ano com faixa etária de 7 a 12 anos.

O aluno em questão tem comprometimentos neurológicos graves e o trabalho pedagógico desenvolvido por mim como educadora e pela equipe diretiva e funcionários foram fundamental para que sua progressão fosse significativa.

3.1 – O contexto da escola

A escola em questão está localizada no município de Porto Alegre-RS, no bairro Chácara das Pedras.

É uma escola privilegiada em relação ao espaço físico, tem arborização em boa parte da escola, tem refeitório, laboratório de informática, laboratório de biologia, sala de vídeo, uma área coberta, três quadras abertas para educação física, uma pracinha e uma biblioteca.

Devido a sua localização tem um público que envolve alunos da Chácara das Pedras, porém tem em sua maioria alunos da Vila Bom Jesus, Vila Pinto, Vila Jardim, Vila Pinto e Divinéia, sendo assim, é composto de alunos muito carente e agressivo, trazendo a violência para dentro da escola num movimento constante.

Não há muitos eventos na escola devido ao medo constante de invasão da comunidade para cometer assaltos e violações como houve em festividades anteriores.

Também notei que existe uma intimidade e uma confiança muito grande dos pais em relação ao SOE, muitas vezes os pais procuram a orientadora buscando ajuda para resolverem não só dificuldades com os filhos na escola como com problemas particulares, outras vezes percebo que quando são chamados no mesmo instante alguns pais seguem a orientação recomendada com algumas exceções de pais não tão comprometidos.

Acredito que esta confiança se dê ao fato de a escola ter um comprometimento muito grande ao encaminhar os alunos a órgãos como o NASCA (Núcleo de Atenção a Saúde da Criança e do Adolescente) e outros órgãos e uma preocupação real com os educandos.

Em relação à infra-estrutura necessária para inclusão de alunos com necessidades especiais, não temos material pedagógico e nem acesso necessário para alunos cadeirantes, mesmo tendo sido solicitado aos órgãos competentes há dois anos não foram construídas rampas, solicitação feita devido a termos um aluno nesta condição, o qual tem dificuldades de acesso às demais dependências da escola.

Quando há necessidade que o mesmo vá a sala de vídeo, de informática que se encontram no andar superior do prédio ou mesmo o acesso as demais dependências da escola é preciso auxílio dos colegas ou de funcionários da escola para levá-lo .

Todo o material utilizado para trabalhar com os meus alunos foi confeccionado pelos mesmos e por mim em sala de aula e colocado a disposição dos mesmos durante o desenvolvimento das atividades desenvolvidas.

Estes materiais são:

- Bingo de letras e palavras;
- Dominó de letras e palavras;
- Auto-ditado de letras e palavras;
- Quebra cabeça;
- Jogo da memória.

Em relação à turma, por ser um grupo muito grande e na maioria de meninos, são muito agitados. Não brigam mais como no início do ano letivo, tem apenas pequenos conflitos que não sejam contornáveis em sala de aula mesmo.

São muito participativos e hoje sabem trabalhar em grupo devido à incursão pedagógica desenvolvida desde o início do ano letivo em prol do grupo e da inclusão do “W” ao mesmo, onde trabalhamos valores importantes para a formação de adultos que respeitem a opinião do próximo e na construção da cidadania.

O trabalho de inclusão foi realizado em todos os setores da escola. Havia no refeitório certa incompreensão em relação às dificuldades de “W” e uma exigência extrema em relação ao comportamento do aluno que foi observada em certa tarde onde uma das merendeiras gritou com o mesmo por pegar a merenda um pouco mais tarde que os outros, este fato se deu porque o aluno demorou a ver qual era a merenda. No

mesmo instante comuniquei a direção que explicou a situação a mesma, modificando sua atitude posteriormente.

Embora “W” estivesse na idade cronológica igual aos demais alunos, não tinha o desenvolvimento cognitivo e psicológico para acompanhar o grupo em seu desenvolvimento cognitivo.

Seu comprometimento neurológico, sua realidade social e seu histórico familiar, influenciaram diretamente para que até o presente momento fosse excluído do grupo.

Falando um pouco sobre o grupo em questão e suas relações sociais, os mesmos sempre limpam a sala ao terminarem suas atividades diárias e trabalham em grupo de forma colaborativa, fato antes conflitante onde o importante era o “eu”, onde as regras de convivência foram aos poucos sendo estabelecidas.

Quando havia algum conflito, fato comum pela relação social existente no grupo e suas vivências diárias, sentava-me junto com os envolvidos ou mesmo no grupo e pedia que se colocassem no lugar do aluno que havia sido atingido fisicamente ou moralmente e nesse momento abríamos de certa forma discussões sobre o tema..

Nestes momentos, o “W” trazia para o grupo seus receios, suas conquistas como quando relatou durante uma reflexão sobre uma briga de outros colegas, estar gostando da escola porque agora tinha amigos e que só tinha amigos porque tinha parado de “brigar e gritar”. Neste momento o aluno já estava tendo a real noção da importância de respeitar os colegas e das regras de convivência.

Segundo Piaget (1994),

O período da anomia é um momento egocêntrico, no qual as crianças, mesmo acompanhadas, jogam sozinhas, cada uma para si, sem se ocuparem uma das outras ou da codificação das regras: “[...] em outros termos egocentrismo significa ao mesmo tempo ausência da consciência de si e ausência de objetividade, enquanto tomada de consciência do objeto é inseparável da tomada de consciência de si (p.19).

Na verdade o desafio foi realizar uma mudança real onde os alunos compreendessem que trabalhar colaborativamente não era apenas sentar junto e sim trocar idéias, aceitar e respeitar a opinião dos colegas.

Foi abrindo espaço para reflexões e discussões em sala de aula que se possibilitou a mudança de atitude dos alunos, no início do ano letivo, normalmente não esperavam sua vez para falar ou para mostrar as atividades realizadas.

Utilizarei a seguir o exemplo de um procedimento que utilizei para que respeitassem os lugares na fila, momento de intenso conflito por buscarem sempre ser os primeiros da fila, o que não deu certo.

Na hora de se postarem na fila, cada um deveria pegar uma fichinha e ir se colocando conforme seu número de ordem (havíamos trabalhado os números de ordem naquela semana). Deu tanta confusão, terminou demorando muito para formar a fila e sempre um brigando com o outro por ter que ficar atrás, fosse meninos ou meninas.

Resolvi então propor que formássemos uma fila indiana no corredor, respeitando a linha já existente na lajota no centro do chão por tamanho, misturando meninos e meninas. Esta proposta foi muito bem aceita pelo grupo e é usual até hoje.

Além de organizar a fila, percebi uma grande oportunidade de trabalhar várias áreas do desenvolvimento como lateralidade, ordem e motricidade ampla diariamente.

Posteriormente, os próprios alunos começaram a propor formas diferentes de se andar na linha, de costas, do lado direito, do lado esquerdo, com a mão no ombro direito do colega, com a mão direita ou esquerda na cabeça e assim conseqüentemente “W” também, juntamente com o grupo desenvolveu várias áreas que não havia desenvolvido antes e que fazem parte do período preparatório na alfabetização.

Molinari e Sens (2002) afirmam que: a educação psicomotora nas séries iniciais do ensino fundamental atua como prevenção. Com ela podem ser evitados vários problemas como a má concentração, confusão no reconhecimento de palavras, confusão com letras e sílabas e outras dificuldades relacionadas à alfabetização. Uma criança cujo esquema corporal é mal formado não coordena bem os movimentos. Suas habilidades manuais tornam-se limitadas, a leitura perde a harmonia, o gesto vem após a palavra e o ritmo de leitura não é mantido, ou então, é paralisado no meio de uma palavra. (Revê formatação e referência!)

Durante o estágio, procurei desenvolver várias atividades psicomotoras também nas aulas de educação física.

Embora nossa formação nos prepare para trabalhar superficialmente várias atividades desta disciplina, acho que seria importante termos o auxílio de um profissional nesta área com formação especializada para desenvolver as várias habilidades neste momento importante para o desenvolvimento das diversas áreas cognitivas.

Durante as aulas de educação física, muitas vezes me senti insegura por não saber se estava realizando as atividades certas para auxiliar “W” e os outros alunos na sua aprendizagem, meu trabalho era muitas vezes interrompido porque os alunos não conseguiam respeitar as regras de convivência.

Segundo Piaget (2001),

A mudança da atividade e da afetividade faz o outro – mudança que libera a criança de seu narcisismo – é muito mais que uma simples e pura transferência: é uma reestruturação de todo o universo afetivo e cognitivo. Quando o outro se torna um objeto independente, quer dizer permanente e autônomo, as relações eu e o outro já não são simples relações de atividade própria com um objeto exterior: começam a ser verdadeiras relações de intercâmbio entre o eu e o outro (p. 65).

Os alunos em geral nesta idade ainda são muito egocêntricos por serem em suas famílias o centro das atenções, não conseguem ainda ter formada a relação social existente em vários núcleos onde convivências são compartilhadas e o respeito as diferenças se torna um importante instrumento social.

São questionadores, o que é muito positivo por se poder fazer um levantamento de quais são as certezas provisórias e das dúvidas permanentes, em vários momentos participaram ativamente desta construção, colaborando com seus relatos e trocando experiências comuns ao grupo já que fazem parte da mesma comunidade. Ou mesmo desacomodando suas certezas e buscando novas possibilidades de conhecimento.

Todo o estágio foi desenvolvido utilizando os vários espaços da escola e da sala de aula, assim como tivemos saídas de campo importantes na construção do conhecimento dos alunos.

3.2 Um caso de inclusão de aluno especial

Como foi relatado no work⁵, página do estágio de minha autoria onde registrei o meu estágio, no qual relatei fatos que ocorreram durante a experiencição, assim como reflexões sobre minha prática docente, há na turma em que realizei o estágio e onde continuo lecionando, um aluno, que será nomeado por "W" por respeito a sua identidade, com comprometimento neurológico.

Muitas vezes, "W" perdia o controle na sala de aula e gritava. Na maioria das vezes estes gritos não eram entendidos por mim ou pelos colegas por se tratarem de grunhidos totalmente indecifráveis.

Aos poucos esta situação inquietou-me como educadora e comecei a observar o aluno e suas reações em situações de conflito e contrariedade. Preocupava-me o fato de ter um aluno com necessidades especiais tão significativas e principalmente qual o meu papel como educadora em poder auxiliá-lo em seu desenvolvimento psicomotor e cognitivo.

Tive muitos momentos de dúvida ao ser questionada qual o motivo de estar me esforçando para ajudar o aluno em questão. Algumas colegas me diziam "Eu sei o que sofri, não vais conseguir mudar nada, leva até o final do ano porque ele precisa ser medicado para se acalmar e a família não se preocupa...". Porém não desisti em momento algum ao buscar formas de auxiliar este aluno.

Tentei várias formas de tentar entender o aluno, conversando, o fazendo falar diretamente para mim, desenhando, entre outras coisas. Porém foi em um momento de crise do aluno, que ao sentar no chão e abraçá-lo senti que ele precisava de um olhar diferenciado. Sua reação naquele momento foi de calma e aconchego no meu colo, demonstrando afeto e tranquilidade.

O "W" é um menino muito especial que precisa de uma atenção diferente e percebi que não conseguiria progredir se continuasse a fazer as atividades comuns aos demais alunos.

⁵ <http://rosaneltraoestagio.pbworks.com/FrontPage>

Segundo Freire (1996)

A alegria não chega apenas no encontro do achado mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria. O desrespeito à educação, ao educandos, ao educadores e às educadoras corrompem ou deterioram em nós, de um lado, a sensibilidade ou a abertura ao bem querer da própria prática educativa, de outro, a alegria necessária ao que-fazer docente (p.142).

Então, seguindo os preceitos da educação que nos ensina que é preciso respeitar o tempo de cada aluno, decidi dar uma atenção especial a ele respeitando suas especificidades.

Diferente dos demais precisaria de intervenções constantes devido as suas limitações, não esquecendo que havia outros 29 alunos em sala de aula com suas especificidades também e em alguns momentos me senti cansada e assoberbada diante de tanto trabalho para poder atender a todos.

Para Pistóia (2002),

Parte-se do princípio que o professor sozinho não será capaz de garantir a almejada qualidade de ensino. Portanto, ele precisa valer-se de iniciativas no âmbito escolar que se encaminhem para a construção de uma rede de relações sociais e para a inclusão de todas as crianças na escola. Para tanto, torna-se necessário um direcionamento para a comunidade no estabelecimento de parcerias com os pais. É preciso tornar o trabalho escolar conhecido e entendido em suas diretrizes básicas nos diversos segmentos da comunidade escolar” (p.04).

Percebi que sozinha seria difícil obter algum sucesso, então resolvi encaminhá-lo ao SOE (Serviço de Orientação Educacional) da escola, onde a responsável pelo setor, a Orientadora Jussara Gulart, encaminhou o aluno ao NASCA (Núcleo de Atenção a Saúde da Criança e do Adolescente). Sua consulta demorou a ser agendada, porém quando iniciou o tratamento em maio de 2010, foi observada sua melhor.

Percebi que o aluno aparentava ser desassistido pelo pai que era seu responsável direto. Chegava à escola com fome, sujo e muitas vezes demonstrava maus-tratos.

Busquei, então, acolher este aluno em suas limitações e conhecer um pouco de sua história familiar para compreendê-lo como ser humano e foi amorosamente que iniciei minhas intervenções.

Conversando com o pai de “W”, que vive a margem da sociedade, pertencente a uma classe social empobrecida, que vive no foco da violência no Bairro Bom Jesus em Porto Alegre, cadeirante (acredita-se que levou um tiro em um conflito por envolvimento com drogas), descobri que criava os três filhos sozinho. Observava-se em muitos momentos que o aluno sofria violência física e emocional, passando necessidade e algumas vezes demonstrando fraqueza pela falta de alimentação necessária para uma criança em fase de crescimento.

A mãe das crianças praticamente abandonou os filhos a própria sorte e compareceu na escola apenas uma vez, momento em que relatou que não ter condições de criar os filhos e que também tinha conflitos constantes com o pai que era violento e que por este motivo não criava os mesmos.

Percebeu-se que o aluno precisava acima de tudo de carinho, pois a forma carinhosa e respeitosa que encontrei de conquistar a confiança de “W” foi fundamental para que também a turma o acolhesse.

Após uma conversa com todos os alunos sobre o colega “W”, refletindo com eles sobre suas diferenças, o quanto é especial e que o mesmo precisaria de ajuda para melhorar, todos os alunos passaram a auxiliar o colega quando tinha dificuldades. Brincavam com ele de uma forma muito pessoal respeitando seu tempo e as diferenças existentes.

O pai compareceu em certa data na escola para saber sobre o rendimento do filho, segundo a fala do pai “Não compreendia porque o menino não aprendia se o que aluno tinha não eram problemas mentais e sim sem-vergonhices por ter sido educado pelos avôs paternos até certa idade”.

Juntamente com a orientadora educacional da escola, expliquei ao pai qual a metodologia que estava desenvolvendo com o aluno e lhe apresentei os trabalhos desenvolvidos com “W”. O mesmo pareceu no momento compreender o trabalho que estava sendo realizado com o filho e prometeu voltar em outra data para verificar o progresso do mesmo.

Segundo os irmãos mais velhos e o próprio aluno, o pai exigia que “W” copiasse com letra cursiva e batia no mesmo caso não realizasse a atividade de forma satisfatória.

Certo dia o aluno desmaiou em sala de aula e relatou que não tinha almoçado. No dia seguinte apareceu com o olho inchado e roxo, aparentemente com hematomas, perguntei ao aluno o que havia acontecido e ele me relatou após algum tempo, que se o

pai soubesse que ele havia relatado o ocorrido apanharia mais. Mais uma vez o papel do SOE foi fundamental.

Encaminhado ao SOE, finalmente o aluno relatou que seu pai havia batido nele com uma vara por ter comido de boca cheia. Este fato foi encaminhado ao conselho tutelar. Neste momento soube-se que os avôs paternos estavam pedindo a guarda do “W” por preocuparem-se com o tratamento que o menino vinha tendo do pai, o que devido ao fato ocorrido foi cedido aos mesmos sua guarda.

Os avôs continuaram o tratamento do aluno junto ao NASCA.

Segundo o laudo do NASCA, em 14/07/2010, assinado pela psicóloga Nara Maria Macedo, o aluno é agitado, hiperativo e faz tratamento no HPV , em 21/09/2010, em laudo assinado pela Neurologista Dra. Isabel Cristina Driemeyer, o aluno “W” tem um quadro de epilepsia, com crises de ausência, dificuldades de fala e aprendizagem e está fazendo uso de medicação.

Foi surpreendente o seu progresso, após ter sido cedida a guarda de “W” aos avôs paternos tornou-se mais participativo, começou a fazer as atividades dentro do seu tempo e das suas limitações, assim como os demais alunos.

Como foi relatado no blog, importante instrumento de registro do desenvolvimento das atividades e reflexões durante o estágio, na postagem A BUSCA⁶, o aluno “W” me levou a buscar formas de auxiliá-lo em suas dificuldades, onde a experiencição foi parte fundamental de seu desenvolvimento psicomotor e cognitivo.

Em Pedagogia da Autonomia, Freire (1996) nos mostra que numa perspectiva progressista é preciso “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (p.47).

No começo busquei adquirir sua confiança onde a amorosidade foi uma constante, após decidi por trabalhar o lúdico com o aluno.

Segundo Silva (1996)

Para julgar corretamente, então, as possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem do deficiente mental, é necessário saber que suas relações interfuncionais se formam de maneira peculiar e diferente. Nesse sentido, a relação com o ambiente é privilegiada, uma vez que o sujeito interioriza determinadas ações considerando os recursos funcionais que já construiu (competências motoras, cognitivas, sociais e lingüísticas) como condições para a realização de seus objetivos (p.05).

⁶ <http://rosaneltrao.blogspot.com/2010/05/busca.html>

Neste contexto, trago a minha sala de aula que tem a disposição dos alunos, vários jogos que foram fundamentais no desenvolvimento do aluno, assim como do grupo, também foram criados jogos novos que integraram o aluno “W” ao grande grupo tendo um ambiente privilegiado para todos os educandos.

Seguindo Mantoan (1988) onde

A inclusão não prevê a utilização de métodos e técnicas de ensino específicas para esta ou aquela deficiência. Os alunos aprendem até o limite em que conseguem chegar, se o ensino for de qualidade, isto é, se o professor considera o nível de possibilidades de desenvolvimento de cada um e explora essas possibilidades, por meio de atividades abertas, nas quais cada aluno se enquadra por si mesmo, na medida de seus interesses e necessidades, seja para construir uma idéia, ou resolver um problema, realizar uma tarefa. Eis aí um grande desafio a ser enfrentado pelas escolas regulares tradicionais, cujo paradigma é condutista, e baseado na transmissão dos conhecimentos (p 06).

Por isso, considerando o nível de possibilidade e o que poderia desenvolver na área de conhecimento e construção do código lingüístico, decidi explorar as possibilidades por meio de diversas atividades onde poderia realmente realizar um trabalho de inclusão para o desenvolvimento sociocultural do aluno em questão.

Trabalhamos durante todo o semestre a preservação do meio ambiente, por isso criamos junto um bingo de animais com material reciclado, bombonas de água mineral, bolinhas de desodorante roll-on, cartão telefônico e fichas de papel cartão reutilizado. Durante esta proposta, o aluno já conhecia parte do alfabeto, enquanto que os outros alunos já estavam começando a ler, como o “W” tinha dificuldades de fala, propus que ele soletrasse as letras que formavam as palavras, o que o levou a treinar a dicção para poder realizar a atividade de forma que os outros alunos pudessem entender sua fala.

Este tipo de atividade sempre foi muito bem aceita pelo grupo por ter a participação de todos desenvolvendo níveis diferentes de aprendizagem.

Propus também atividades com recorte e colagem de símbolos de revistas de produtos conhecidos da mídia, tive o cuidado de preparar atividades com exigências para diferentes níveis de conhecimento.

Para “W”, pedi que recortasse e colasse os símbolos em uma folha e me dissesse o nome dos produtos e para que serviam, percebi neste momento que apesar de sua

dificuldade de fala, conseguia identificar cada produto, após deixei ele brincar com blocos lógicos.

Dando continuidade ao trabalho, pedi em outro momento que o aluno recortasse imagens de coisas que mais gostava, percebi que o aluno escolheu na sua maioria DVDs, posteriormente descobri sua paixão por filmes.

Seguindo em minha prática pedagógica o movimento de inclusão e como cita Mantoan (1988) descobri que

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não apenas as deficientes são excluídas, mas também as que são pobres, as que não vão às aulas porque trabalham, as que pertencem a grupos discriminados, as que de tanto repetir desistiram de estudar (p.02).

Falar de inclusão na escola pública tornou-se para mim como educadora um desafio, afinal quem são os verdadeiros excluídos? Torna-se um tema que gera conflitos porque desacomoda pequenos conceitos e trata de preconceitos que fazem parte do cotidiano escolar.

Temos na escola pública um histórico onde existe um grande número de excluídos. Quando iniciamos um trabalho que permite ao aluno participar da construção do saber de forma colaborativa que traz em seus relatos diários experiências que vivem no seu cotidiano, é preocupante o número de alunos que vivem a margem da sociedade.

Inquieta-me o fato de ter alunos de 12 anos que não conseguem ser alfabetizados, buscando o histórico de vida destes alunos, vemos que o meio em que vivem, o contexto familiar é desajustado e conflitante para uma criança crescer saudavelmente em todos os sentidos, seja financeiramente onde muitos já tem que ajudar com o trabalho infantil que é proibido, porém sabe-se que existe, seja pela má alimentação ou pela falta de uma habitação descente para os padrões humanos.

Mesmo assim, acreditando que o cotidiano escolar e social está impregnado de possibilidades de aprendizagem, a partir de práticas evidenciadas e vivenciadas, e que as

ações de reflexões sobre elas resultarão na compreensão do movimento pedagógico-social necessário para a aprendizagem, iniciei minha incursão com o objetivo de alfabetizar o aluno “W” facilitando sua aprendizagem.

Aos poucos fomos negociando que ele só poderia brincar com os brinquedos que gostava após realizar algumas atividades que desenvolvessem sua motricidade fina e de aprendizagem na construção do código linguístico.

Neste momento fiquei com receio de não conseguir atender a todos os alunos porque são 30 educandos com suas especificidades e como educadora, não poderia atender somente ao “W”.

Neste momento refiro-me a Mantoan (1988)

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão (p. 02).

Seguindo o que nos diz a citação, é preciso pensar na qualidade de ensino e o fato de ter 30 alunos em uma sala de aula com pouco espaço físico onde somente uma educadora deve atender 29 alunos em situação regular e um com necessidades especiais, com certeza esta qualidade fica prejudicada.

Foram muitos os momentos em que me angustiei por ter que, corrigir cadernos e atender a cada um porque os alunos, seguindo os critérios que exige esta série, devem estar ao final do ano lendo e escrevendo e lendo e este processo se dá de forma onde o professor precisa dar um atendimento quase individualizado como mediador, buscando fazer com que o aluno construa o conhecimento instigando a curiosidade e não dando respostas prontas.

Iniciei uma sondagem com o aluno, percebendo que não conhecia nenhuma letra do alfabeto e nenhum dos algarismos necessários para a construção e compreensão do código numérico.

Como tinha dificuldades de fala, resolvi trabalhar com toda a turma os trava línguas. Esta atividade despertou interesse e um pouco de aflição no aluno por não conseguir como os outros, falar corretamente. Coloquei então um cd ao lado dele com o

trava línguas para que ele acompanhasse a mesma enquanto brincava com blocos lógicos e paralelamente os outros alunos iam realizando as outras atividades propostas.

Como minha proposta sempre foi que o trabalho deveria ser integrado e dirigido a todos os alunos, a primeira dinâmica era pertinente a todos, assim como a participação também, posteriormente, as atividades eram dirigidas para cada necessidade individualmente, porém trabalhando sempre o mesmo tema gerador.

Iniciei o trabalho com o alfabeto apresentando as letras e montando um álbum de animais conforme a letra trabalhada porque estávamos desenvolvendo o projeto do estágio que era “Seres Vivos – Conhecer Para Respeitar”. Os outros alunos montavam o álbum conforme suas características: répteis, mamíferos, terrestres, anfíbios, aquáticos, vertebrados, etc.

Quando trabalhava a oralidade, percebia que durante as explorações de conhecimentos prévios e conclusivos, o aluno “W” tinha abstraído o conhecimento ao participar das atividades ativamente, tecendo comentários pertinentes ao assunto e respondendo corretamente questionamentos feitos.

Segundo Luckesi (2000),

A prática da avaliação da aprendizagem, para manifestar-se como tal, deve apontar para a busca do melhor de todos os educandos, por isso é diagnóstica, e não voltada para a seleção de uns poucos, como se comportam os exames. Por si, a avaliação, como dissemos, é inclusiva e, por isso mesmo, democrática e amorosa. Por ela, onde quer que se passe, não há exclusão, mas sim diagnóstico e construção. Não há submissão, mas sim liberdade. Não há medo, mas sim espontaneidade e busca. Não há chegada definitiva, mas sim travessia permanente, em busca do melhor. Sempre! (p.3).

Na verdade a avaliação neste momento é inclusiva, demonstrando que a aprendizagem não é fictícia e sim real e que foi abstraído o conhecimento de uma forma muito própria.

Assim, conseqüentemente fomos trabalhando todo o alfabeto, desenvolvendo atividades observando pontos de interesse do aluno, claro que com pequenas atividades para que o aluno não se cansasse, respeitando seu ritmo.

Havia dias que o aluno demonstrava inquietação e irritação, nestes dias trabalhávamos mais com jogos livres.

Percebi que o aluno estava tomando consciência de que se demonstrasse irritação, eu deixaria brincasse livremente, neste momento tive insegurança em relação ao caminho que seguir, não poderia brigar com ele e nem obrigá-lo a realizar as atividades. Decidi por ministrar amavelmente limites ao aluno que respondeu muito bem as novas regras após conversarmos sobre o assunto, voltando assim a realizar as atividades propostas com regras e limite.

Trabalhando a teoria de (VYGOTSKI, 1995) que concebe o desenvolvimento como processo cultural e argumenta que todo funcionamento humano se origina e se transforma nas relações sociais, aceitei outro desafio que era o educando participar da educação física, como lhe faltava coordenação motora ampla, ele também se isolava neste momento. Propus então aos alunos em cada aula teriam um espaço onde faríamos brincadeiras propostas por eles, poderia ser criadas ou conhecidas, observei que o aluno “W” se mostrou interessado na atividade.

A primeira proposta nas aulas de educação física de “W” era de que brincássemos de “Corrida de Tartaruga”. (Havíamos brincado na atividade de educação física anterior de “Corrida do Sapo”) Para iniciar a brincadeira, “W” pediu silêncio e explicou as regras. Todos deveriam estar lado a lado e começariam a correr quando ele dissesse “Já!”, o objetivo era correr o mais devagar possível e ganharia quem chegasse por último. Na primeira vez não deu certo porque o aluno não explicou direito a atividade e todos saíram correndo. Resolvi então intervir e pedir que escutassem bem o que o aluno iria explicar. Todos atentos as regras, iniciaram a atividade que foi muito interessante tendo a participação de todos.

Os aspectos de iniciativa e monitoração das interações do grupo são ressaltados por Borba (2005), ao analisar o estabelecimento de rotinas do brincar que é instaurado pelos próprios pares. Em suas observações, a autora salienta:

[...] a autonomia das crianças na definição, organização e desenvolvimento de suas brincadeiras, através da monitoração mútua e reflexiva de suas ações, revelada pelas formas pelas quais são capazes de ajustar e negociar as escolhas de cenários e de objetos, as definições de papéis, de significados, de usos de objetos e planos de ação, assim como de monitorar a dinâmica interativa e relacional entre pares (p. 249).

A partir desta nova proposta o aluno começou a participar ativamente das atividades.

O educando “W” demonstrou um talento que nunca tinha sido notado anteriormente, seu dom artístico aflorou com uma explosão de talento que surpreendeu a mim, a todos os colegas em sala de aula e aos profissionais da equipe diretiva da escola que tem colaborado de uma forma muito positiva com o meu trabalho.

Muitos se emocionaram com o progresso do aluno que é nosso desde o jardim e como sempre apresentou vários comprometimentos que sempre dificultaram sua aprendizagem ficaram surpresos com seu progresso.

Após ver o filme "O Bicho Vai Pegar" enquanto explorava-se junto aos demais educandos sobre o problema dos animais em extinção e a violência contra os animais, um momento muito importante de reflexão sobre o tema abordado no Projeto de Estágio "Seres Vivos - Conhecer Para Respeitar", “W” ficou desenhando a parte que mais gostou do filme e foi importante o ver colocar no desenho toda a sua compreensão do filme e sua leitura singular. Pediu-se então que ele desenhasse o que lembrava de outros dois filmes vistos nas semanas anteriores " Procurando Nemo e A Era do Gelo II ". Sua memória não foi menos grata.

Um dos maiores desafios nesta caminhada foi em relação à avaliação, o desafio em identificar a progressão do aluno “W” é algo qualitativo e não quantitativo.

É preciso entender que o aluno com necessidades especiais ou não tem sua aprendizagem em diferentes níveis, seu tempo de aprendizagem não é igual ao outro e a avaliação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais NEEs não deve ser diferente, assim como a avaliação deve ser diária, observando vários aspectos em diversos momentos.

Quando precisei escrever o parecer descritivo de W, tive que ter o cuidado de explicar que houve uma grande evolução em relação ao trimestre anterior, porém explicando que seria difícil sua progressão.

Normalmente há por parte da família a expectativa de que o aluno avance para a série seguinte, principalmente quando estamos além da metade do ano letivo.

Resolvi então escrever que estávamos muito felizes com os progressos de “W” durante o segundo trimestre e destaquei sua criatividade, independência, respeito aos amigos, afetividade e comunicação. Falei também sobre sua colaboração nas rodas de conversa e que dentro das suas limitações procura participar dos momentos de leitura.

Outro ponto importante que destaquei foi o fato de ter desenvolvido sua oralidade, apesar de ainda apresentar dificuldades de fala, expressando suas idéias com poucas dificuldades em relação ao início do ano letivo.

Os avôs ao perceber a evolução do neto reagiram de forma muito positiva, mesmo tendo consciência de que o aluno dificilmente estará apto para ter uma progressão para a série posterior este ano.

No início do ano letivo começava a escrever no caderno e quando acabava a linha, seguia escrevendo na classe e demonstrava assim não ter organização espacial.

Hoje o aluno já copia a rotina e sua caligrafia é legível, assim como respeita os espaços das linhas do caderno, conhece o alfabeto, soletra as palavras e já lê algumas palavras com sílabas simples.

Sua linguagem é mais clara e participa ativamente das aulas de discussão, contribuindo com informações pertinentes ao assunto e importantes para o crescimento do grupo.

Vygotsky (1997) compreende a escola com o seu próprio programa, com sua própria metodologia, com seu próprio modo de vida escolar, com professores especializados e conscientes de um processo diferenciado, que nem por isso limita as crianças em suas próprias dificuldades. De fato, a ação educativa inclusiva nos moldes atuais é tarefa complexa, pois a vida escolar se comporta de forma excludente, por isso, se torna fundamental identificar e compreender que escolas, que níveis de ensino e que projetos pedagógicos assumem a realidade da inclusão de crianças com necessidades especiais na prática educativa atualmente.

No próximo capítulo retomo a questão de pesquisa e apresento algumas conclusões finais sobre o estudo de caso.

É preciso considerar que construir as relações educativas partindo das interações de uma rede social que faz parte do universo de vida o aluno com necessidades especiais, cria possibilidades e aproxima o paradigma da Educação Inclusiva da concepção de auto-organização oferecendo novas possibilidades para o trabalho pedagógico dentro da escola pública.

Os alunos da turma responderam muito bem ao novo desafio de respeitar as dificuldades do “W” e um aluno em particular, se fez amigo dele em todos os momentos, integrando-o ao grupo.

A família presente e preocupada com a progressão do aluno também foi fundamental para seu desenvolvimento.

Sendo parte integrante do grupo, amado e respeitado por todos, sua aprendizagem hoje é fantástica, desenvolvendo várias áreas necessárias para seguir sua progressão nas séries posteriores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o estágio, muitos foram os desafios e descobertas como foi relatado na postagem PROFESSOR & AMOR⁷ do blog. É maravilhoso quando somos desafiados pela profissão e conseguimos provar contra todas as expectativas que não estamos aqui por acaso e sim por amorosidade, pela educação, pela verdadeira inclusão de alunos especiais onde, como educadora, podemos fazer a diferença na vida escolar de nossos educandos.

Como cita Freire (1996)

Como professor num curso de formação docente não posso esgotar minhas práticas discursando sobre a Teoria da não extensão do conhecimento. Não posso apenas falar bonito sobre as razões antológicas e políticas da Teoria. Sua encarnação. Ao falar da construção do conhecimento, criticando a sua extensão, já devo estar envolvido nela, e nela, a construção, estar envolvendo os alunos (p.47).

Para Paulo Freire o ensino é muito mais que uma profissão, é uma missão que exige comprovados saberes no seu processo dinâmico de promoção da autonomia do ser de todos os educandos. Os princípios enunciados por Paulo Freire, o homem, o filósofo, o Professor que por excelência verdadeiramente promoveu a inclusão de todos os alunos e alunas numa escolaridade que dignifica e respeita os educandos porque respeita a sua leitura do mundo como ponte de libertação e autonomia de ser pensante e influente no seu próprio desenvolvimento

O aluno “W” pode não ter dominado "ainda" a construção do código linguístico escrito, porque ainda está em um processo de aprendizagem onde não consegue escrever frases ou ler um pequeno texto como é proposto o critério para que possa avançar para o terceiro ano, porém fala com a linguagem plástica e a oralidade da alma, quando consegue participar das aulas e interpretá-las com seus desenhos maravilhosos e singulares, quando participa das aulas demonstrando através da oralidade que consegue

⁷ <http://rosaneltrao.blogspot.com/2010/05/extra.html>

entender qual o assunto que está sendo tratado e tecendo comentários pertinentes ao assunto em questão.

Segundo Costa e Magdalena (2003)

Desde pequenas, as crianças observam o mundo e formulam perguntas acerca dele, com a intenção de entendê-lo. Pela experiência e pela interação com os objetos, fatos e pessoas, elas vão produzindo respostas que, certas ou erradas, não são construídas ao acaso. A experiência pode não ser profunda ou suficientemente extensa, a potencialidade dos seus pensamentos pode ser insuficiente para formular o que nós chamamos de uma teoria científica, mas o processo pelo qual as crianças observam o entorno, formulam perguntas, buscam respostas e desenvolvem seus entendimentos e explicações para o que observam é muito semelhante ao processo de investigação científica (p.03).

Fazendo uma reflexão sobre o texto citado, percebo a importância do meu papel como educadora sendo mediadora no contexto escolar e na inclusão de alunos com necessidades especiais. Meu objetivo ao final do estágio era fazer com que o aluno estivesse alfabetizado, o que não consegui, porém criou autonomia, desenvolveu a oralidade, parte da leitura e da escrita tornando a aprendizagem significativa abrindo possibilidades e uma progressão nos próximos anos de sua vida.

5. REFERÊNCIAS

BORBA, Angela Meyer. **Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar** - Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005

BRASIL. **LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf Acesso em 11/10/2010

COSTA, Iris Elisabeth Tempel; MAGDALENA, Beatriz Corso. **Revisando os projetos de aprendizagem em tempos de Web**. Faculdade de Educação/PEAD - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2003

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** - Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudanças**. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1997. 21ª edição.

_____. **Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Brasil: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1996.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

LUCKESI, Cipriano. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? Novas Perspectivas em Avaliação**. Porto Alegre; Revista Pátio, ano 4, nº 12, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar – caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas**, São Paulo: Moderna, 1988.

_____. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Editora Scipione, 1988.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **A prática pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental. História, Deficiência e Educação Especial.** São Paulo: Unimep, 2003.

MOLINARI, Ângela Maria da Paz; SENS, Solange Mari. **A educação física e sua relação com a psicomotricidade.** Revista PEC, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 85-93, jul. 2002-jul. 2003.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 4ª edição.

_____. **O Juízo Moral na Criança.** São Paulo: Sammus, 1994.

_____. **A construção do real na criança.** São Paulo: Ática, 2001.

PISTÓIA, Lenise Hens Caçula. **A rede de Interações como concepção pedagógica: Alternativas no espaço da sala de aula com alunos em situação.** Disponível em 01/11/2010 < "[A Rede de Interações.pdf](#)" > , de Pistóia (2002)

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **Processos de ensino na Educação dos Deficientes Mentais.** UFMS, PUC/SP, 1996.

SILVA, Maria Odete Emigno da. **EccoS – Revista científica.** São Paulo, v.10, n2, p 479 – 498, julho./dez. 2008. Disponível em 16/10/2010 <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/715/71511645011.pdf> >

VYGOTSKI, Lev Semionovitch. **Pensamiento y lenguaje.** Obras Escogidasv. 3. Trad. Amelia Alvarez e Pablo, Del Rio. Madri: Visor, 1995 (original 1931)

_____. **Obras escogidas: fundamentos de defectología.** Tomo V. Madrid: Visor, 1997.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método.** Porto Alegre: Bookman, 2005.